

Pelo Direito de Voto aos 18 Anos

Quarenta e oito anos de fascismo, deixaram como herança uma situação particularmente trágica aos jovens portugueses.

A par da negação constante dos mais elementares direitos profissionais, do acesso à educação e cultura, da prática do desporto e convívio, sempre a ditadura tentou impedir qualquer participação dos jovens na vida política portuguesa.

Amplas campanhas foram desenvolvidas, com vista ao reconhecimento do direito que à juventude assiste em participar na escolha, dos destinos da sociedade em que vivemos. Todavia, sempre o fascismo — dentro da sua natural política de repressão e desprezo pelos anseios e aspirações populares — se recusou a reconhecer a justiça de tais reivindicações e, em especial a do direito de voto.

No momento presente, abrem-se condições para uma larga participação de todos os portugueses na vida do país. Existem reais possibilidades de estabelecer em Portugal um regime verdadeiramente democrático, livremente escolhido pelo Povo. Mas, do mesmo modo que nenhuma democracia se poderá implantar sem o estabelecimento da liberdade, nenhuma medida de democratização — como as actualmente em curso — se poderão considerar completadas se aos jovens não for reconhecido o direito a votar.

O voto deixou de ser uma farsa, para se tornar na forma pela qual o Povo português escolherá o seu futuro. Impõe-se, pois, no actual processo de consolidação e alargamento das liberdades democráticas — e como defesa das mesmas — que aos jovens seja concedido o direito de voto aos 18 anos.

É cada vez maior o papel que a juventude desempenha em todos os sectores da vida nacional.

Como operários, ou empregados, milhares de jovens portugueses — cerca de um milhão — participam na economia nacional ao lado dos demais trabalhadores. O desenvolvimento da emigração para os países industriais da Europa capitalista (França, Alemanha Federal, etc.), com a falta de mão de obra que originou, tem vindo a reforçar esse papel e a tornar cada vez mais importante o trabalho dos jovens para a economia do país.

Também como força política, sempre os jovens souberam estar na primeira linha da luta — ao lado dos trabalhadores — na batalha que possibilitou a vitoriosa intervenção de Abril. São também numerosos os jovens, com menos de 21 anos que fazem parte das Forças Armadas as quais neste momento assumem decisiva importância.

O Governo Provisório agora constituído, resultante de uma larga coligação de forças políticas, merece o nosso apoio por algumas medidas até aqui tomadas, que mostram estar empenhado numa real democratização da vida portuguesa.

No entanto, tal não deverá levar à desmobilização pensando que tal Governo, por si só, possa resolver todos os numerosos problemas que temos de enfrentar. Existem poderosas forças ligadas à reacção, que não estão de modo algum interessadas, em que medidas como a concepção de voto aos jovens se verifique. Há que estarmos atentos para podermos responder em força, a quaisquer manobras que, porventura, possam vir a ser tentadas.

O Movimento da Juventude Trabalhadora, num momento em que estão abertas condições para uma maior participação dos jovens na construção dum país novo e, sentindo que interpreta os anseios e aspirações da juventude portuguesa, apela para a mobilização de todos os jovens em torno de uma ampla campanha com vista ao reconhecimento do direito de voto aos 18 anos.

O Movimento da Juventude Trabalhadora, apela à organização de todos os jovens em comissões específicas ou grupos de trabalho, que através de debates de esclarecimento, filmes, teses ou outras iniciativas, promovam um amplo debate nacional em torno deste problema.

LUTEMOS :

- PELO DIREITO DE VOTO AOS 18 ANOS !
- PELA COMPLETA DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS !
- VIVA O MOVIMENTO DE JUVENTUDE TRABALHADORA !